

Cultura política e participação da sociedade civil: Um estudo de caso sobre o orçamento participativo no DF

Melina Sampaio de Ramos Barros¹, Angela Vieira Neves²

1. Estudante de Serviço Social pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília; Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social; *melina_barros@hotmail.com

2. Doutora em Ciências Sociais pela UniCamp; Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade de Brasília. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social.

Palavras Chave: Orçamento-participativo; Cultura-política; Clientelismo.

Introdução

O relatório apresentado faz um estudo de caso sobre o Orçamento Participativo do Distrito Federal, em especial sobre o Conselho do OPDF, tendo uma discussão voltada para a cultura política que permeia o Conselho do Orçamento Participativo (COP). Compreende-se cultura política como práticas políticas que se desenvolvem em determinado espaço público. Neste sentido, buscou-se identificar quais foram as principais práticas desenvolvidas no COP, assim como analisar em que medida o Orçamento Participativo (OP) recebe influência político-partidária, uma vez que é um instrumento democrático que no DF se deu apenas como programa de governo, haja vista sua não institucionalização. Por fim, foi traçado o associativismo das principais lideranças do COP, na tentativa de resgatar o histórico de participação dos conselheiros que ocupam este espaço.

Resultados e Discussão

Para o procedimento metodológico foram utilizados os seguintes instrumentais: análise documental, observação de reuniões, aplicação dos questionários aos conselheiros mais participativos e realização de entrevistas com as principais lideranças do Orçamento Participativo (conselheiros, delegado, governo), afim de apurar os dados e permitir uma análise mais qualificada. Neste sentido, foram aplicados 30 (trinta) questionários, com o intuito de traçar o nível de associativismo dos conselheiros e, foram realizadas 17 (dezessete) entrevistas, para analisar as práticas políticas exercidas no OP e a influência político-partidária.

Os resultados obtidos apresentam que os conselheiros do OPDF possuem um nível de associativismo avançado, em seus diversos tipos, mas principalmente ao que se refere às organizações da comunidade, uma vez que as principais demandas do OPDF se materializarem em obras para as Regiões Administrativas.

Em relação a cultura política, a pesquisa demonstra práticas que tentam descaracterizar a atuação dos conselheiros advindas da gestão do OP, bem como,

práticas clientelísticas por parte de Deputados Distritais que personificam os créditos do OP aos mesmos e criam uma cultura do favor. Neste sentido, notou-se que o OP é permeado por um jogo de interesses seja por parte dos deputados, da gestão do OP, dos conselheiros ou das administrações regionais.

Por fim, foi percebida a necessidade de institucionalização do OP, visto que não dependeria apenas da vontade política do governo e a não continuação do OP 2011-2014 pode enfraquecer a cultura de participação da sociedade civil.

Conclusões

O Orçamento Participativo, enquanto instrumento democrático, é avaliado como capaz de permitir uma co-gestão, ou seja, uma gestão do governo e da sociedade civil. Entretanto, o OPDF possui vários déficits em sua concretização na qualidade de ferramenta democrática, não permitindo uma participação política e participativa de fato. Tendo em vista que no DF o poder de decisão é centralizado no governo e as práticas políticas são clientelistas, traçadas pela cultura do favor e do voto. Conclui-se que mesmo que o OPDF não tenha sido uma experiência exitosa, não deveria ter acabado com o fim do Governo PT, haja vista que a continuidade ajudaria para que o processo se fortaleça e se construa no decorrer da história, podendo assim, conseguir tensionar a cultura clientelística que se faz presente na cultura política do Distrito Federal.

Agradecimentos

Esta pesquisa contou com a cooperação dos estudantes que participam do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS) da Universidade de Brasília. Em especial, a colaboração da Priscila Nolasco, mestre em Políticas Sociais.